

Com relação à colação, que acontece às 9h, não teve alteração, as auxiliares de cozinha sobem com as frutas que são servidas na sala de referência pelas professoras.

As professoras volantes estão no refeitório a partir das 10h30 para receber as crianças para o almoço. Sendo assim, as professoras ficam na sala de referência realizando algumas propostas com as crianças e vão conduzindo-as ao refeitório de acordo com sua necessidade.

Para que possamos manter a capacidade de crianças no refeitório, que é de setenta lugares, cada sala tem a quantidade de crachás correspondente ao número de crianças que podem se alimentar ao mesmo tempo por agrupamento. Nas turmas de Minigrupo I, descem quatro crianças por turma e, do Mini-grupo II, oito por turma. Conforme as crianças voltam à sala, ao término da refeição, outras descem; por exemplo, se duas retornarem, outras duas crianças poderão ir ao refeitório. Assim, conseguimos garantir que todas as crianças sejam assistidas e devidamente orientadas.

Diante de toda essa modificação no momento de refeição, hoje garantimos que cada criança monte seu prato de acordo com suas necessidades. Nosso balcão térmico é na altura adequada às crianças, facilitando o autosserviço e diminuindo o desperdício de alimentos.

Cabe salientar que, nesse momento, ficam as quatro professoras volantes, a auxiliar de enfermagem e, eventualmente, a coordenadora pedagógica acompanhando as refeições que acontecem no refeitório.

Hoje, neste formato de rodízio, o almoço finaliza por volta das 11h30 e, dependendo do cardápio, às 11h40, mesmo horário do formato anterior em que o almoço acontecia por agrupamento.

A escala de almoço dos funcionários acontece em dois horários: das 12h às 13h e das 13h10 às 14h10. Com essa nova movimentação no rodízio de refeições das crianças, não houve nenhuma interferência na escala de revezamento entre os funcionários, seja da equipe de apoio que faz a limpeza do refeitório, da equipe da cozinha que prepara as refeições e lava os utensílios e também das professoras, uma vez que o término do almoço não teve alteração.

Referente ao lanche da tarde, que se inicia às 13h40, conforme as crianças vão acordando, vão sendo servidas pelas professoras que já levaram o leite para as salas.

O rodízio também acontece na refeição da tarde, que se inicia às 15h. Durante esse rodízio, as professoras volantes ficam no refeitório dando assistência para quem está se alimentando e a professora de referência fica na sala ou na área externa enquanto as crianças brincam.

Temos observado que o horário da refeição da tarde finaliza por volta das 15h40, ou seja, tem duração de 40 minutos. Esse momento da refeição da tarde não interferiu no horário de saída das crianças, pois o portão abre às 16h30.

A alimentação do Berçário I e Berçário II acontece sempre com a professora e seu agrupamento. No momento da colação e do lanche da tarde seguem a mesma organização dos Mini-grupos I e II.

Temos três agrupamentos de Berçário I que dividem a mesma sala, são três professoras e um auxiliar de berçário. Toda alimentação acontece na sala de referência.

O almoço inicia às 10h30, nesse momento, cada professora alimenta dois bebês enquanto a outra parte da turma fica em atividade. Desta forma, eles não ficam ansiosos com esse tempo de espera, pois estão envolvidos em brincadeiras.

O horário da refeição da tarde acontece da mesma forma do almoço (rodízio). Neste segundo semestre, os bebês estão sendo estimulados a se alimentar sozinhos com auxílio e supervisão das professoras.

O Berçário II é composto por três agrupamentos na mesma sala. No segundo semestre, passaram a fazer suas refeições no refeitório, assim, permitindo a integração com as demais crianças. No momento do almoço, os bebês já estão sendo estimulados a realizar o autosserviço e, na refeição da tarde, o prato é montado pelas professoras.

Durante reunião com os responsáveis, compartilhamos um vídeo de como acontece essa movimentação no cotidiano do nosso CEI. Mostramos o Currículo da Cidade de São Paulo, documento que fundamenta essa prática em nosso CEI, e percebemos que as famílias ficaram surpresas com autonomia de seus filhos. Compreenderam que ressignificar nossa prática faz parte do processo da aprendizagem de bebês e crianças. Concluímos a reunião com a garantia de que nenhuma criança ficará sem se alimentar por falta de supervisão, que nosso papel é estimular, incentivar e orientar, jamais forçar a criança comer algo que não agrada seu paladar".

O relato deste CEI reconhece que mapear a situação atual dos momentos de alimentação e realizar a escuta dos bebês, crianças e adultos envolvidos é importante. Elaborar um planejamento com ações a curto, médio e longo prazo e garantir a avaliação contínua legítima o processo de transformação que se deseja.

Este relato também sugere que a forma como cada unidade iniciará essa mudança pode ser gradativa, começando com o horário estendido para alimentação com as crianças maiores ou ocorrendo em um dia ou dois na semana, por exemplo.

4.3 A organização do intervalo de 15 minutos da(o) professora(or)

É assegurado, legalmente, nas unidades de Educação Infantil da Rede Direta, um período de intervalo de 15 minutos para as(os) professoras(es). Nesse momento, as crianças estão sob a responsabilidade das(os) demais educadoras(es), garantindo o acompanhamento ininterrupto dos bebês e crianças.

A intencionalidade docente acontece quando a(o) professora(or) considera esse momento de aprendizagem realizando a observação, escuta e registro. Portanto, acompanhar, orientar, incentivar, estabelecer vínculos e compartilhar vivências relacionadas à prática de alimentar-se para além da realização de projetos sobre alimentação que, normalmente, ocorrem fora do ambiente do refeitório.

É necessário rever quando o acompanhamento acontece somente pela equipe de apoio. Algumas formas de escalonamento ou revezamento de profissionais durante a semana nos momentos de alimentação já vem reverberando boas experiências.

5. A alimentação enquanto prática social no Ensino Fundamental

A criança que conclui a Educação Infantil, após vivenciar várias experiências nos momentos de alimentação em que os tempos e espaços estavam claramente demarcados, é a mesma que ingressa no Ensino Fundamental.

Desta forma, espera-se que, no Ensino Fundamental, a criança tenha a oportunidade de dar continuidade às práticas alimentares construídas na Educação Infantil.

É importante garantir a alimentação enquanto prática social, abrindo a possibilidade do autosserviço em substituição ao prato pronto, incrementar o ambiente com os devidos cuidados estéticos, ambientação e seleção de utensílios como pratos de vidro, garfos e facas, utilização de guardanapos e toalhas de mesa.

Todas as(os) educadoras(es) são corresponsáveis por estes momentos. Algumas opções possíveis a partir da escuta dos sujeitos seria o entendimento de que o tempo de comer, bem como o tempo de brincar, são ações pedagógicas que devem fazer parte do currículo e, portanto, adequar os horários de distribuição das refeições com a participação de professoras(es) é uma forma de organização que já vem acontecendo na Rede.

Relato da EMEF Ministro Aníbal Freire, DRE PJ, no atendimento às crianças do 1º ao 5º ano, no horário das 7h às 12h, com 250 crianças nesse turno (2019):

"O cotidiano escolar nos apresenta sempre novos desafios, a sociedade em constante transformação nos exige esforços para que os valores e referências, também mutáveis, não nos afastem do que nos é essencial e do que nos torna humanos.

Ao observar crianças e adolescentes durante os intervalos de aulas, percebemos que a alimentação e a recreação eram atividades conflitantes, não brincavam e nem comiam naquele curto espaço de tempo. Era preciso repensar os tempos e espaços para garantir um equilíbrio entre essas duas atividades na escola, essenciais numa concepção de infância que traz, no seu bojo, a perspectiva de direitos.

Pensando em impregnar de sentido e também de dignidade – um dos princípios de nosso Projeto Político Pedagógico – organizou-se um movimento na escola para deslocar o tempo de alimentação para o tempo pedagógico, alinhando as duas práticas dentro do currículo, com intervenções pedagógicas, de modo que o tempo de vinte minutos de intervalo estaria livre para o brincar.

O comer faz parte da aula, comendo se aprende e aprende-se a comer, expandindo a experimentação de novos sabores, criando novos hábitos com a finalidade de propor uma alimentação saudável. O tempo de comer também se transformou no tempo do diálogo, garantindo que todos se sentem à mesa, com a tranquilidade necessária, para que as trocas fluam entre estudantes e entre eles e os professores que acompanham o momento.

A readequação do tempo e espaço rompeu com a ideia das crianças de que comer seria perda de tempo do brincar. Não é preciso ter pressa, nem fome. Mostramos que é possível comer e brincar de forma adequada nos tempos e espaços da escola.

Durante os três anos de início do projeto muita coisa mudou, estamos sempre em transformação e, nesse sentido, caminhamos cada vez mais no intuito de aperfeiçoar essas práticas, seja nos detalhes de ambientação ou na organização de espaços, considerando, sobretudo, a observação e a escuta atenta de nossas crianças e adolescentes."

São muitas as possibilidades de discussão sobre como organizar esse momento, como envolver o grêmio estudantil, como fazer entrevistas com as(os) cozinheiras(os), auxiliares de cozinha, auxiliares educacionais, nutricionistas e com as próprias crianças e jovens.

Considerações Finais

As equipes das UEs, ao reverem e discutirem suas práticas cotidianas, devem se debruçar sobre os momentos de alimentação com um olhar de estranhamento e crítico, na tentativa de certo distanciamento das suas práticas cotidianas. Essa atitude investigativa e exploratória pode promover reflexões importantes sobre todos os aspectos da alimentação nas UEs, desde os aspectos mais técnicos, até os mais pedagógicos. Algumas das mudanças necessárias para uma boa prática no que se refere à alimentação dos bebês e crianças em ambientes da Educação Infantil podem ser simples e implementadas com facilidade, outras são mais complexas dependendo de recursos humanos, materiais e estruturais, por exemplo. Contudo, todas elas, para terem êxito, dependerão de um efetivo trabalho coletivo e colaborativo de toda a equipe das UEs.

No processo de implementação da Orientação Normativa de Educação Alimentar e Nutricional, deixamos o convite para que as(os) Educadoras(es) compartilhem as experiências da Rede, enviando, para SME/COPED/DIEI, cenas de práticas sociais de alimentação que ilustrem os princípios presentes nesta Orientação.

ORIENTAÇÃO NORMATIVA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

PARECER CME Nº 03/2020 – documento publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo no dia 11/03/2020 – pg 11

Referências Bibliográficas

ABOUD, Frances E.; SHAFIQUE, Sohana; AKHTER Sadika. A responsive feeding intervention increases children's self-feeding and maternal responsiveness but not weight gain. The Journal of Nutrition, v.139, n. 9, p.1738-1743, 2009.

AVILA, Maéle Cardoso. Como anda a pré-escola? Uma análise das práticas pedagógicas após a lei de ampliação do ensino fundamental (Lei 11.274/06). 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2014.

AVISA LÁ: revista para a formação de professores de Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental. São Paulo: Instituto Avisa LÁ, ano 5, nov. 2005. Edição especial: nutrit.

BARBOSA, Maria Carmem Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. Projetualidade em diferentes tempos: na escola e na sala de aula. In: BARBOSA, Maria Carmem Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. Projetos Pedagógicos na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, p. 35-51, 2008.

BARBOSA, Najla Veloso Sampaio; MACHADO, Neila Maria Viçosa; SOARES, Maria Cláudia Veiga; PINTO, Anelise Regina Royer. Alimentação na escola e autonomia: desafios e possibilidades. Ciências e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 937-945, 2013.

BARDANCA, Ângeles Abelleira; BARDANCA, Isabel Abelleira. Os fios da infância. São Paulo: Phorte, 2018.

BECCHI, Egle; BONDIOLI, Anna. (org.). Avaliando a pré-escola: uma trajetória de formação de professoras. Campinas: Autores Associados, 2003.

BESTETTI, Maria Luísa Trindade. Ambiência: espaço físico e comportamento. Rev. bras. geriatr. gerontol, Rio de Janeiro, v.17, n. 3, p. 601-610, 2014.

BLACK, Maureen M; ABOUD, Frances E. Responsive feeding is embedded in a theoretical framework of responsive parenting. The Journal of Nutrition, v. 141, n. 3, p. 490-494, 2011.

BONDIOLI, Anna. (org.). O tempo no cotidiano infantil: perspectivas de pesquisa e estudo de casos. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. [Estatuto da Criança e do Adolescente]. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular: educação é a base. Brasília, DF: MEC, 2017.

BRASIL. Decreto nº 6.861, de 27 de maio 2009. Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais e dá outras providências. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Básica. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2015. (Caderno de Atenção Básica, 23).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Guia Alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2019.

CAVALLINI, Ilaria; TEDESCHI, Maddalena. As linguagens da comida: receitas, experiências, pensamentos. São Paulo: Ed. Phorte, 2015. (Coleção Reggio Emilia).

CORSI, Elza. Beleza se põe na mesa. Avisa lá, São Paulo, n.12, p. 4-9, out. 2002.

COSTA, Emelie Villela; SANTOS, Patrícia Rocha; CUNHA, Maria Claudia. Dificuldades na introdução de alimentos complementares ao aleitamento materno em bebês não disfágicos: efeitos da atuação fonoaudiológica. Distúrb. Comum, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 539-537, set. 2017.

DEVRIES, Rheta; ZAN, Betty. A ética na educação infantil: o ambiente sócio-moral na escola. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

FOCHI, Paulo Sérgio; PIVA, Luciane Frosi; FOCESI, Luciane Varisco. A documentação pedagógica como mote para a formação de professores: o caso de uma escola participante do OBECI. Crítica Educativa, Sorocaba, v. 2, n. 2, p. 165-177, jul./dez. 2016.

FRONTZEK, Luciana Gaudio Martins; BERNARDES, Luana Rodrigues; MODENA, Celina Maria. Obesidade infantil: compreender para melhor intervir. Revista da Abordagem Gestáltica, Goiânia, v. 23, n. 2, p. 167-174, maio/ago. 2017.

GOLDSCHMIED, Elinor; JACKSON, Sonia. Educação de 0 a 3 anos: o atendimento em creche. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2006.

GONZÁLEZ, Carlos. Meu filho não come! 1. ed. São Paulo: Tímo, 2016.

JUNQUEIRA, Patrícia; MAXIMINO, Priscila; RAMOS, Cláudia de Cássia; MACHADO, Rachel Helena Vieira; ASSUMPÇÃO, Izaura; FISBERG, Mauro. O papel do fonoaudiólogo no diagnóstico e tratamento multiprofissional da criança com dificuldade alimentar: uma nova visão. Rev. CEFAC, Campinas, v.17, n. 3, p. 1004-1011, maio/jun. 2015.

JUNQUEIRA, Patrícia. Relações cognitivas com o alimento e a infância. São Paulo: ILSI, 2017.

LEITE, Maurício Soares. Transformação e persistência: antropologia da alimentação e nutrição em uma sociedade indígena amazônica. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

MACIEL, Vanízia Barbosa da Silva; SILVA Romeu Paulo Martins; SAÛUDO, Adriana; ABUCHAIM Erika de Sá Vieira; ABRÃO, Ana Cristina Freitas de Vilhena. Aleitamento materno em crianças indígenas de dois municípios da Amazônia Ocidental Brasileira. Acta Paul. Enferm., São Paulo, v.29, n.4, p.469-475, 2016.

MAHAM, Kathleen L.; ESCOTT-STUMP Sylvia; RAYMOND, Janice L. Krause: alimentos, nutrição e dietoterapia. 13. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MEIRELLES, Renata. Cozinhando no quintal. São Paulo: Terceiro Nome, 2014. Programa Território do Brincar.

NASCIMENTO Raimunda Honorato do; ROSA Clélia Virgínia. Sabor, saúde e afeto. Avisa lá, São Paulo, n. 26, p. 15-17, abr. 2006.

ONIS, Mercedes de. Prevenção do sobrepeso e da obesidade de infantis. J. Pediatr. (Rio J.), v. 91, n. 2, p. 105-107, 2015.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Sistemas alimentares e nutrição: a experiência brasileira para enfrentar todas as formas de má nutrição. Brasília, DF: OPAS, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: UNIC, 2015.

PINHO, Sandra dos Reis. Alimentação escolar na Educação Infantil: saberes e sabores. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, [201-]. Disponível em: http://www.ufrgs.br/proxext-siteantigo/nucleos-interdisciplinares/nuprevi/documentos/alimentacao-escolar-na-educacao-infantil-saberes-e-sabores/view . Acesso em: 5 fev. 2020.

POULAIN, Jean-Pierre. Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

POULAIN, Jean-Pierre; PROENÇA, Rossana Pacheco da Costa. O espaço social alimentar: um instrumento para o estudo dos modelos alimentares. Rev. Nutr., Campinas, v.16, n.3, p. 245-256, 2013.

RAMOS, Maurem; STEIN, Lílíam M. Desenvolvimento do comportamento alimentar Infantil. J. Pediatr. (Rio J.), v.76, p. 229-237, 2000.

RAPOPORT, Andrea; FILHO Gabriel de Andrade Junqueira; KAERCHER, Gládis Elise Pereira da Silva; MELLO, Maura Maria Sá de; MACHADO, Patrícia Brum; CUNHA, Susana Rangel Vieira da. O dia a dia na Educação Infantil. Porto Alegre: Mediação, 2014.

RODRIGUES, Heloisa de Almeida Fernandes. Alimentação como fonte de sociabilidade e de hospitalidade. Sinais: Revista de Ciências Sociais, Vitória, ES, v.1, n.12, p. 85-100, 2012.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. CECI: 10 anos de história. São Paulo: SME/DOT, 2015.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Currículo da Cidade: Educação Infantil. São Paulo: SME/COPED, 2019.

SAO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Currículo da Cidade: Educação Especial: Língua Brasileira de Sinais. São Paulo: SME/COPED, 2019.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. Currículo integrador da infância paulistana. São Paulo: SME/DOT, 2015.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Indicadores de qualidade da Educação Infantil Paulistana. São Paulo: SME/DOT, 2016a.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 16.478, de 08 de julho de 2016. Institui a Política Municipal para a População Imigrante, dispõe sobre seus objetivos, princípios, diretrizes e ações prioritárias, bem como sobre o Conselho Municipal de Imigrantes. São Paulo, 2016b.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Orientação Normativa nº 01/2015: padrões básicos de qualidade na Educação Infantil Paulistana. São Paulo: SME/DOT, 2015.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Orientação Normativa nº 01/2019: registros na Educação Infantil. São Paulo: SME/COPED/DIEI, 2019.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Portaria SME nº 8.764, de 23 de dezembro de 2016. Regulamenta o Decreto nº 57.379, de 13 de outubro de 2016, que institui no Sistema Municipal de Ensino a Política Paulistana de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva. São Paulo: SME, 2016c.

SILVA, Gisélia Alves Pontes; COSTA, Karla Adriana Oliveira da; GIUGLIANE, Elsa Regina Justo. Infant feeding: beyond the nutritional aspects. J. Pediatr. (Rio J.), v. 92, n. 3, p. S2-S7, 2016.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Manual de alimentação: orientações para alimentação do lactente ao adolescente, na escola, na gestante, na prevenção de doenças e segurança alimentar. 4. ed. São Paulo: SBP, 2018.

SOUZA, Vanessa Manfre Garcia de; VILLAR, Betzabeth Slater. Hábitos alimentares e produtos ultraprocessados a alimentação escolar: um estudo de caso da Terra Indígena Piaçaguera, São Paulo, Brasil. Segur. Aliment. Nutr., Campinas, v. 25, n.1, p. 23-30, jan./abr. 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Infant and young child feeding: model chapter for textbooks for medical students and allied health professionals. Geneva: World Health Organization, 2009.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Guideline: counselling of women to improve breastfeeding practices. Geneva: World Health Organization, 2018.

Portaria nº 4.928 de 10/06/19. DOC 11/06/19, p.14

GRUPO DE ESTUDOS E TRABALHO

Alceu Santana da Silva Neto – DRE BT

Ana Claudia da Silva Liberato – DRE PJ

Ana Paula Jorge Celeguim Lucania – DRE FB

Caroline Zorzetto de Pontes Onaga – DRE IQ

Cristiano Rogério Alcântara – SME/COPED/DIEI

Daisy Vieira de Moraes – SME/COPED/DIEI

Daniela Bitencourt Martins – SME/CODAE

Eduardo Gimenes Palazzi – DRE SA

Elaine Cristina Nagy Cirillo – DRE MP

Elen Alves de Sousa – DRE IP

Fabiana Lopes Laurito – DRE JT

Juliana Fiacadori Couri – SME/CODAE

Kátia Iared Sebastião Romanelli – SME/CODAE

Laura da Silva Dias Rahal – SME/CODAE

Maria Eugênia Batista Sora – DRE CS

Matilde Conceição Lescano Scandola – SME/CODAE

Sandra Cristina Lopes Franco de Almeida – DRE SM

Vitor de Mattos Nascimento – SME/CODAE

PORTARIA SME Nº 5.787, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2020.

6016.2020/0095515-1

Altera o Anexo VII da Portaria SME nº 4.790, de 29/06/2020, que divulga os valores do Programa de Transferência de Recursos Financeiros – PTRF, às Associações de Pais e Mestres – APMs, das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino, e APMSUACs dos Centros Educacionais Unificados – CEUs, para o ano de 2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o período para prestação de contas dos valores do Programa de Transferência de Recursos Financeiros – PTRF, constante no Anexo VII, da Portaria SME nº 4.790, de 2020, que passa a vigorar na seguinte conformidade:

ANEXO VII – REPASSES			
Descrição	Data limite para emissão da Nota de Liquidação pela DRE	Período de Realização da Despesa pela Associação	Período para Associação prestar contas à DRE
Saldo Reprogramado	De 01/12/2019 a 31/10/2020	De 03 a 30/11/2020	
Repasse Único =			
1º (primeiro repasse) + 2º (segundo repasse) + Adicional (Covid-19)		Até 31/07/2020	A partir do crédito em conta até 31/10/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PORTARIA Nº 5.788, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2020.

SEI 6016.2019/0095401-3

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o art. 3º da Portaria 8.689 de 13/12/2019, que constituiu a Comissão Especial de Avaliação e Credenciamento nos termos do Edital SME nº 09/2019, para:

I – Excluir Fernanda Mansur RF 790.787.2 CONT/DICONT II – Inserir Laudicéia de Amorim Francisco RF 845.807.3 CONT/DICONT

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 5.789, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2020.

SEI 6016.2020/0043407-0

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o art. 3º da Portaria 4.298 de 18/05/2020, que constituiu a Comissão Especial de Avaliação e Credenciamento nos termos do Edital SME nº 02/2020, para:

I – Excluir Fernanda Mansur RF 790.787.2 CONT/DICONT II – Inserir Laudicéia de Amorim Francisco RF 845.807.3 CONT/DICONT

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

COMUNICADO SME Nº 633, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2020.

6016.2020/0095887-8

O Secretário Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, consoante o compromisso da SME no cumprimento dos protocolos sanitários e conforme o que lhe representou a Coordenadora dos Centros Educacionais Unificados por meio da Divisão de Gestão Democrática e Programas Intersecretariais, COMUNICA: A realização da formação obrigatória "PROTOCOLO DE SEGURANÇA PARA A VOLTA ÀS AULAS".

I – PUBLICO-ALVO: Agente de Apoio, Agente Escolar, AGPP, Anal. de Inf. Cult. e Desp. - Biblioteca, Anal. de Inf. Cult. e Desp. - Ed. Física, Assist. de Diretor de Escola, Assistente Técnico de Educação I, Aux. de Desenvolvimento Infantil, Aux. Técnico de Educação, Bibliotecário, Coord. Ação Cultural/Educacional, Coord. Esportes e Lazer, Coord. Pedagógico, Coordenador Polo UNICEU, Diretor de Escola, Diretor de Divisão, Diretor de Divisão Técnica, Diretor Regional de Educação, Gestor de CEU, Prof. de Ed. Inf., Prof. Ens. Fund. II e Médio, Prof. Ed. Inf. e Ens. Fund. I, Secretário de Escola e Supervisor Escolar, todos os Profissionais do Quadro de Servidores da Rede Municipal de Ensino que atuam nos Centros de Educação Infantil da Rede Direta/Parceira; Centros Municipais de Educação Infantil, Centros de Educação Infantil Indígena; Escolas Municipais de Educação Infantil, Escolas Municipais de Ensino Fundamental, Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Médio, Escolas Municipais de Educação Bilingue para Surdos, Centros Educacionais Unificados – Gestão, SME e DRES.

II - CARGA HORÁRIA TOTAL: 04 horas à distância.

III - CRONOGRAMA: Período de realização: 17/11/2020 a 21/12/2020.

IV - VAGAS: Dirigidas a todos os servidores da Rede Municipal de Ensino.

V - INSCRIÇÃO: Serão realizadas a partir das 9h00 do dia 17/11/2020, pelos próprios interessados, na plataforma de Cursos EaD da Faculdade Paulista de Ciências da Saúde (FPCS) no endereço www.fpcs.edu.br

VI - CERTIFICAÇÃO: Farão jus ao certificado os inscritos que obtiverem 100% de frequência e realização e aprovação nas atividades avaliativas obrigatórias (5 atividades com atingimento de nota de 80%).

VII - OBSERVAÇÕES: (i) As aulas on-line ocorrerão no ambiente virtual de aprendizagem em plataforma específica da FPCS.

(ii) O link de acesso à plataforma de formação será enviado via e-mail aos servidores e funcionários pela DRE/DICEU.

(iii) É obrigatório o acesso à plataforma, com o correspondente estudo dos temas estabelecidos e realização das 5 (cinco) atividades avaliativas previstas ao final de cada Módulo (nota mínima de 8,0 para aprovação).

(iv) O certificado de participação será emitido pela própria Plataforma e a Declaração de Curso será emitida pela FPCS, ambas serão encaminhadas via e-mail 15 dias após a conclusão do curso.